

Bird apressou acordo da dívida paulista

Pública

Protasio Nene/AE—2/1/95

Yoshiaki Nakano, secretário da Fazenda de São Paulo, conta como conseguiu pressionar o governo federal para renegociar a dívida do Estado e como ela deverá ser paga

CLEY SCHOLZ

O maior contrato de renegociação de dívida já assinado no País é complexo como "uma teia de aranha", conforme a definição do principal negociador do lado do devedor, o secretário da Fazenda de São Paulo, Yoshiaki Nakano. A operação de refinanciamento da dívida de US\$ 50,4 bilhões do governo paulista só saiu depois que o Banco Mundial ameaçou cortar os empréstimos para o Brasil, segundo revelam fontes envolvidas nas calorosas negociações que terminaram na quinta-feira, quando foi selado o destino do Banco do Estado de São Paulo (Banespa). O banco passa para o controle federal para ser privatizado no ano que vem.

Os técnicos do governo de São Paulo envolvidos na negociação garantem que um dos principais fatores que contribuíram para a solução do estratosférico rombo do Banespa foi a paciência oriental do secretário da Fazenda. A estratégia de Nakano para forçar o

governo federal a apressar a negociação da dívida de São Paulo, superior aos US\$ 40 bilhões da dívida externa brasileira — renegociada há poucos anos —, incluiu apelos ao Banco Mundial. Nakano argumentou que os juros da dívida acabariam por tornar o problema insolúvel. "Não haverá privatização ou ajuste capaz de barrar a bola de neve em que a dívida se transformou."

Com os juros da dívida em 5% ao mês, o valor devido crescia cerca de US\$ 1 bilhão mensais até o início deste ano. O valor estava chegando próximo da arrecadação total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de São Paulo, de US\$ 1,4 bilhão por mês. Diante do risco do Banco Mundial interromper a liberação de empréstimos para o Brasil, o governo federal acabou aceitando algumas das exigências do governo paulista.

Houve um momento decisivo para que as partes chegassem ao acordo. Foi em junho, quando, após uma parada estratégica nas negociações, Nakano resolveu ampliar a discussão. "Até então o que estava em debate era o Banes-

pa, mas nós resolvemos colocar em discussão toda a dívida do Estado e então o acordo andou", conta Nakano. Meses antes, em uma reunião com secretários de Fazenda de outros Estados com o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central, Nakano colocou o tema em pauta.

Na entrevista a seguir, Nakano resume os principais pontos do acordo que transferiu o Banespa para o governo federal e prevê sua privatização no ano que vem. O acordo foi discutido em dezenas de reuniões com técnicos dos governos paulista e federal nos últimos meses. Numa delas, os representantes federais ficaram presos no escuro em uma sala no 14º andar da Secretaria da Fazenda, na Avenida Rangel Pestana. A luz foi desligada para mudanças na rede e os técnicos do Estado garantem que esqueceram de avisar os seguranças de que ainda havia gente no edifício. O grupo só conseguiu sair porque um deles lembrou-se do número do telefone da segurança e pediu socorro.

Estado — Como o governo vai pagar o que deve?

Yoshiaki Nakano — Este governo assumiu o Estado com um déficit fiscal sem precedentes. O excesso de despesas em relação à receita era de 21,7%. Isso significava US\$ 5,4 bilhões de gastos além da receita em dezembro de 1994. No final de 95, o valor caiu para

US\$ 865 milhões e, no final do ano passado, o déficit caiu a praticamente zero, ficando em US\$ 2 milhões. A capacidade de pagamento do Estado foi recuperada com o rigoroso ajuste nos últimos dois anos e meio. A dívida é enorme e os juros acabaram dobrando o valor de US\$ 25 bilhões para mais de US\$ 50 bilhões de 94 a 97. O acordo prevê o refinanciamento em 30 anos, com juros de 6% ao ano, e São Paulo vai pagar no máximo 13% da receita líquida por ano. Em 98, o valor será de US\$ 2,5 bilhões. O pagamento começa no mês que vem.

Estado — Quais as primeiras providências previstas no acordo?

Nakano — Primeiro o Senado terá de aprovar tudo. O Senado já



Nakano fala a respeito do contrato de renegociação da dívida: "É complexo como uma teia de aranha"

aprovou o protocolo de intenções, mas agora vai analisar os contratos específicos. O Estado vai pagar R\$ 7,5 bilhões em ativos, incluindo ações da Eletropaulo, Cesp, Fepasa, Ceagesp e Banespa. No caso da Eletropaulo e Cesp, a privatização que já está em andamento continuará nas mãos do governo paulista. A data-limite para a privatização é o dia 30 de novembro de 98. Vinculamos ações da empresa para a emissão de papéis que serão resgatados com a privatização. É como se fosse um pagamento à vista, só que sem dinheiro. A Ceagesp, que já foi avaliada, mas não chegou a ser privatizada por falta de compradores, foi transferida para o governo federal por R\$ 250 milhões. A empresa tem um patrimônio equivalente ao valor do seu passivo, que também é de R\$ 250 milhões. Agora, sem o passivo, a privatização fica mais fácil. No caso da Fepasa, a federalização resolve um impasse que também dificultava a venda. Integrada à Rede Ferroviária Federal, a venda também fica mais fácil. Para o governo federal, a integração é estratégica por valorizar as duas ferrovias. A Fepasa foi transferida pelo valor de US\$

2,1 bilhões, que corresponde ao ativo e mais o valor da concessão. Será feita uma compensação quando os valores definitivos de venda forem confirmados.

Estado — Quando saem os balanços do Banespa, que não são publicados desde 94?

Nakano — Na negociação, o valor do Banespa não foi definido justamente pela falta do balanço. Colocamos um valor simbólico e agora o banco será avaliado por duas empresas contratadas pelos governos federal e estadual, com vistas à privatização no ano que vem. Em 30 dias vamos definir os editais para contratação das empresas de avaliação. Sobre os balanços, a decisão do Conselho Monetário Nacional é a de que no momento em que o contrato tiver eficácia, e após terem sido cumpridos todos os requisitos legais, a dívida estará quitada. O ba-

lanço a ser publicado, então, será positivo. Teremos três balanços de uma só vez, de 94, 95 e 96.

Estado — Porque a novela do Banespa durou tanto tempo?

Nakano — O contrato é quase tão complexo quanto uma teia de aranha. São muitos detalhes polêmicos como as fórmulas de correção dos valores, cálculos de ativos, datas e formas de pagamento, a mudança da Lei das Sociedades Anônimas recentemente ajudou a complicar.

Estado — Como será o ajuste fiscal previsto no acordo?

Nakano — Já fizemos um enorme ajuste, demitindo 105 mil funcionários desde o início de 95. Também criamos mecanismos mais eficientes de controle fiscal e combate à sonegação, cortamos muitas despesas. A receita cresceu 21% em 95 e 7,8% no ano passado. Em 96, gas-

tamos 64% da receita líquida com salários. O valor foi alto por causa de muitas indenizações. Este ano a receita deve crescer 3% e devemos nos enquadrar no limite legal de gasto máximo de 60% da receita com pessoal. No acordo não há nada escrito sobre novas demissões. Ao contrário, vamos aumentar os investimentos de 2% da receita no ano passado para 5% este ano e no próximo. O investimento deve chegar a R\$ 6,8 bilhões este ano, somando as estatais.

Estado — Como representante do maior inadimplente do País, o senhor se sente aliviado agora?

Nakano — Nós temos um grande trunfo. Vai entrar em vigor em janeiro o fundo de modernização do ensino. O Estado vai transferir o ensino para os municípios ou então será ressarcido. Isso significa R\$ 500 milhões a mais para os cofres do Estado. Hoje São Paulo tem um gasto de R\$ 6 bilhões com educação. O orçamento total é de R\$ 30 bilhões.

Estado — O governo paulista tem esperança de recomprar o Banespa?

Nakano — Para recomprar o controle do banco seriam necessários R\$ 10 bilhões. Com esse dinheiro daria para abrir dez Banespas. O Estado continua com 15% das ações, por isso não vamos deixar de movimentar a conta de salários do funcionalismo no banco, já que isso poderia desvalorizar as nossas próprias ações. Esperamos que o programa de privatizações seja acelerado a partir de agora. O Banespa é hoje o maior banco de varejo disponível para venda e agora está saneado. Temos recebido consultas de bancos da Espanha, dos Estados Unidos e de vários outros países interessados no Banespa. Somos assediados por várias instituições. A entrada do HSBC no País teve grande impacto no mercado, que agora está comprador.

Estado — O sr. ficou satisfeito com os resultados do acordo?

Nakano — A gente tem de ficar satisfeito, pois a dívida vinha crescendo de forma explosiva e o Estado já havia se transformado em inadimplente. O pior é que nenhum centavo dessa dívida foi feita no atual governo. Não fizemos nenhuma ARO (Antecipação de Receita Orçamentária, mecanismo usado pelo ex-governador Orestes Quercia no final da sua gestão). Agora temos de fazer muita contenção, mas está tudo equacionado. Teria sido melhor e muito mais barato se o acordo fosse feito logo no início do governo. Mas um problema desse tamanho não se resolve a curto prazo.

**FUTURA
TRANSFERÊNCIA
DO ENSINO
PARA
MUNICÍPIOS VAI
FACILITAR
AJUSTE**